



PAPERS DO NAEA

ISSN 15169111

PAPERS DO NAEA Nº 254

MULHERES ENQUANTO POLÍTICAS: DESAFIOS, POSSIBILIDADES E EXPERIÊNCIAS ENTRE AS INDÍGENAS

Ligia T. L. Simonian

Belém, Dezembro de 2009

O Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) é uma das unidades acadêmicas da Universidade Federal do Pará (UFPA). Fundado em 1973, com sede em Belém, Pará, Brasil, o NAEA tem como objetivos fundamentais o ensino em nível de pós-graduação, visando em particular a identificação, a descrição, a análise, a interpretação e o auxílio na solução dos problemas regionais amazônicos; a pesquisa em assuntos de natureza socioeconômica relacionados com a região; a intervenção na realidade amazônica, por meio de programas e projetos de extensão universitária; e a difusão de informação, por meio da elaboração, do processamento e da divulgação dos conhecimentos científicos e técnicos disponíveis sobre a região. O NAEA desenvolve trabalhos priorizando a interação entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Com uma proposta interdisciplinar, o NAEA realiza seus cursos de acordo com uma metodologia que abrange a observação dos processos sociais, numa perspectiva voltada à sustentabilidade e ao desenvolvimento regional na Amazônia.

A proposta da interdisciplinaridade também permite que os pesquisadores prestem consultorias a órgãos do Estado e a entidades da sociedade civil, sobre temas de maior complexidade, mas que são amplamente discutidos no âmbito da academia.

Papers do NAEA - Papers do NAEA - Com o objetivo de divulgar de forma mais rápida o produto das pesquisas realizadas no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e também os estudos oriundos de parcerias institucionais nacionais e internacionais, os Papers do NAEA publicam textos de professores, alunos, pesquisadores associados ao Núcleo e convidados para submetê-los a uma discussão ampliada e que possibilite aos autores um contato maior com a comunidade acadêmica.



Universidade Federal do Pará

Reitor

Carlos Edilson de Almeida Maneschy

Vice-reitor

Horacio Schneider

Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação

Emmanuel Zagury Tourinho

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos

Diretor

Armin Mathis

Diretor Adjunto

Fábio Carlos da Silva

Coordenador de Comunicação e Difusão Científica

Silvio Lima Figueiredo

Conselho editorial do NAEA

Armin Mathis

Edna Maria Ramos de Castro

Fábio Carlos da Silva

Juarez Carlos Brito Pezzuti

Luis Eduardo Aragon

Marília Ferreira Emmi

Nirvia Ravena

Oriana Trindade de Almeida

Setor de Editoração

E-mail: editora_naea@ufpa.br

Papers do NAEA: Papers_naea@ufpa.br

Telefone: (91) 3201-8521

Paper 254

Revisão de Língua Portuguesa de responsabilidade do autor.

MULHERES ENQUANTO POLÍTICAS: DESAFIOS, POSSIBILIDADES E EXPERIÊNCIAS ENTRE AS INDÍGENAS¹

Ligia T. L. Simonian²

Resumo:

Discutir-se-ão experiências passadas e presentes das mulheres indígenas na política e os desafios políticos que a elas se apresentam. Pelas evidências que se dispõe, são muitas as possibilidades para que se imponham nos âmbitos políticos locais, intra e interétnicos nestes tempos de pós-modernidade.

Palavras-Chave: Mulheres. Participação política. Mulheres indígenas. Amazônia.

Abstract:

Precisely, through it, it is going to be debated past and present experiences of the Indigenous women in the politics and the political challenges that they face. Through the available evidences, many are the possibilities to that they impose themselves in the local political, intra and interethnic scopes in these times of pos-modernity.

Keywords: Women. Political participation. Indigenous women. Amazon.

¹ Versões preliminares deste *Paper* foram apresentadas, respectivamente, no seminário *Mulheres e política*, organizado no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA, da Universidade Federal do Pará – UFPA, em 2002, pela Prof^a. Dr^a. Rosa Acevedo, e na mesa redonda “Mulheres Indígenas e Política”, organizada pela Prof^a. Dr^a. Cristina Sheibe Wolff, do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, no contexto do V Encontro Internacional Fazendo Gênero, realizado em Florianópolis em 2003. A autora aproveita a oportunidade para tornar público seus agradecimentos pelos convites para participar desses eventos; e também ao NAEA, pela possibilidade de publicação. E note que as Figuras 2, 3 e 5 são de domínio público; o *Lienzo de Tlaxcala*, onde aparece 48 ilustrações e em algumas a figura de Malinche, perdeu-se com o passar dos tempos, mas restam cópias (Lanyon, 2001, p. 89-91, 103-104, 127, 179). Todas estas três figuras são apresentadas de acordo com as normas científicas a partir das fontes imediatas.

² Ph. D. em Antropologia; Pós-doutora; professora e pesquisadora do NAEA/UFPA. A mesma tem obras publicadas sobre mulheres e relações de gênero. Endereço eletrônico: <simonianl@gmail.com>.

1 INTRODUÇÃO

De modo velado e/ou independentemente de participação em contextos institucionais ou *quasi* institucionais como facções, associações, partidos, Estado, as mulheres vêm integrando os processos organizativos do fazer política. A presença de lideranças ou mesmo de cacicas, capitoas, rainhas e imperatrizes tem sido registrada desde tempos muito antigos, quer pela iconografia, documentação, literatura especializada e/ou monumentos (Bettendorff, [séc. XVII] 1990; Carvajal, [1540-1542] 1941; Robins, 1993; Rufino et al., 1987; Pomeroy, [1975] 1995). Mas foi só a partir do século XX que as mulheres começaram a ter um envolvimento mais efetivo na política³. Neste trabalho, discute-se experiências passadas e presentes das mulheres indígenas na política, bem como os desafios políticos que a elas se apresentam.

A considerar-se a teoria, há de se destacar o entendimento de Wolf (1990) quanto à essencialidade do estudo das relações de poder, que se estabelecem para além do local. Consequentemente e, pela sua importância para as sociedades humanas, há de se pesquisar, mas, simultaneamente superar a microfísica do poder (Foucault, 1982). Entretanto, a seguir-se esta perspectiva, para se chegar às relações de poder em termos de macro-estruturas (Poulantzas, 1980, 1977), é condição *sine qua non* passar pelo poder intermediário. Apesar da complexidade analítica que um tal entendimento implique (Wallerstein, 1974; Wolf, 1982, dentre outros), esse é o caminho para se chegar à compreensão do sistema capitalista mundial, emergente/dominante, principalmente a partir da expansão europeia, mas que se sofisticou desde meados do século passado.

A pensar-se as mulheres enquanto sujeitos políticos, o silêncio, o patriarcado e a liberação política e cultural são conceitos igualmente importantes para a discussão ora proposta. De fato, muito já se falou em romper com o silêncio acerca da importância das mulheres nos contextos socioeconômicos e político-culturais ou em visibilizá-las (Simonian, 1987; Spindel, 1986). Ao analisar o papel das mulheres nestes contextos, Leacock (1981)⁴² discute a problemática do patriarcado e revela mitos de dominação masculina entre as sociedades indígenas cuja dinâmica social tem a igualdade como base identitária, a exemplo dos Montagnais-Naskapi, da península do Labrador. Ainda no entender desta mesma autora, ao analisar a questão do patriarcado no contexto familiar/social e a opressão da mulher, Engels⁵ teria influenciado o processo de lutas político-sociais com vistas à liberação das mulheres (Leacock, 1981). Porém, foi com a criação do Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Mulher – UNIFEM, que as lutas por melhores condições de vida e participação política das mulheres se consolidaram pelo mundo todo.

Entretanto, no que diz respeito às mulheres indígenas, esse processo tem sido diferenciado, mesmo porque em muitas de suas sociedades as lutas políticas ocorreram contra os processos formais de organização política, o que inclui o Estado⁴. Mesmo assim, quer no cotidiano quer nos embates

³ E isso, quer em cargos eletivos, quer como delegadas ou como atuantes no movimento social, o que vem sendo possível em muito devido à vitória dos movimentos sufragistas (Collier, 1974; Soihet, 1974).

⁴ Essa autora começou a discutir esta questão ainda nos anos de 1950.

⁵ A partir de seu livro *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, publicado originalmente em 1888.

políticos mais amplos, o papel político das mulheres tem sido essencial, pois não só decidem sobre estratégias importantes para suas famílias e sociedades mais amplas, como influenciam irmãos, pais, maridos e filhos nas questões políticas de suas competências (Forline, 1995; Leacock, Nash, 1981; Simonian, 2001). Nos últimos anos, inclusive, tem crescido a participação das indígenas nos contextos multiculturais locais, nacionais e globais (Beijing, 1996; Third, 2004). Esta realidade processa-se tanto no âmbito da política formal, ou seja, com envolvimento em eleições e em cargos eletivos, em administração pública etc., como no movimento social mais geral e no indígena.

Em termos metodológicos, este trabalho reflete uma busca quanto a material documental – inclusive o fotográfico –, historiográfico e etnográfico, levantado em trajetória longa de pesquisa, o que inclui diversos *loci* e lhe serve de base. Nesta direção, as abordagens histórica e antropológica foram privilegiadas (Edwards, 1997; Malinowski, 1967; Oliveira, 1996; Sider, 1991; Simonian, 2007), não apenas devido à formação da autora, mas também pela disponibilidade de publicações e de documentos importantes para a discussão ora empreendida. Entretanto, há de ressaltar-se que muito há de ser feito quanto à produção acadêmica em torno à participação política das mulheres em geral e das mulheres indígenas em particular.

Consequentemente, o que se tem a seguir é uma discussão teórica acerca das mulheres enquanto políticas, em especial quanto às mulheres indígenas. Logo, contextualiza-se, ainda que minimamente, as tendências históricas e culturais em relação a tais processos organizativos e de ação política a partir das próprias mulheres. Então, tenta-se precisar mais estes desdobramentos quanto à realidade pan-amazônica. Pelas evidências de que se dispõe, são muitos os desafios, mas também as possibilidades para que as indígenas se imponham nos âmbitos políticos locais, intra e interétnicos nestes tempos de pós-modernidade. Por certo, algumas experiências importantes podem ser encontradas, ainda que no mais das vezes se estejam permeadas por tensões, conflitos etc.

2 ENFOQUES TEÓRICOS: MULHERES E DESAFIOS POLÍTICOS

Para a discussão ora empreendida, três abordagens teóricas são privilegiadas. Uma se refere à posição conservadora dos contextos políticos os mais diferenciados em relação à participação política das mulheres e, em especial, das indígenas. A outra abordagem, que é pautada pela dinamicidade, ressalta a crescente importância das mulheres no cenário político, quer de ordem local, nacional ou internacional. A terceira delas incorpora o entendimento das próprias indígenas sobre a sua importância em contextos/processos políticos. Em que pese uma produção já significativa, o desafio da igualdade ainda persiste quando se pensa, fala e discute sobre a participação política das mulheres nos contextos sociais contemporâneos os mais diversos.

Na academia, essa perspectiva conservadora foi questionada a partir dos anos de 1950, mas principalmente nos anos de 1970. Nos anos de 1950, algumas produções chamaram a atenção para a situação de opressão das mulheres, apesar da modernidade vivida por parte da humanidade, especialmente no mundo ocidental. Em sua obra “O segundo sexo”, Simone de Beauvoir (1954) revelou toda uma situação de subalternidade em relação aos homens que só poderia ter sido caracterizada como inaceitável, como de fato foi. Mas a voltar-se no tempo, Morgan ([1877] 1974),

entre outros autores, identificou este papel subalterno das mulheres em suas sociedades, embora, como propõe Leacock ([1972] 1981c), estivesse tratando de um momento de sua história cultural. Porém, quase um século depois, Goldberg (apud Leacock [1975] 1981, p. 264) retomou este conservadorismo, principalmente ao fazer generalizações do tipo “[...] o sentimento tanto dos homens quanto das mulheres, de que os homens sempre dominarão as mulheres [...]”⁶. Conclusões como estas têm persistido, assim como os silêncios de muitos autores e autoras acerca da presença das mulheres em contextos políticos.

Entretanto, uma outra posição se fortalece ainda nos anos da década iniciada em 1970. Leacock (1981a), por exemplo, foi pioneira ao argumentar sobre a existência de sociedades igualitárias, em que se assegurava a participação política das mulheres e, inclusive, o exercício do poder⁷. Esta autora sustentou este entendimento com base em farto material etnohistórico, em geral relatos de missionários, administradores coloniais, ou outros, mas também com suporte em evidências etnográficas. Precisamente, segundo Leacock ([1975] 1981, p. 279), “[...] relações igualitárias têm existido até recentemente em muitas sociedades coletoras e horticultoras”. Também, a autora soube compreender as implicações do poder colonial e neocolonial ao longo do processo de transformações destas sociedades.

Ainda no que diz respeito a essa discussão, importa ressaltar a concepção de Rosaldo e Lamphere (1974), o que de certo modo complementa a posição de Leacock vista anteriormente⁸ e que pontua igualmente a diversidade. Assim, “[...] alguns antropólogos discutem [...] e todos concordam que existem sociedades em que as mulheres têm conseguido reconhecimento social e poder considerável, [mas] nenhum tem observado uma sociedade em que as mulheres têm reconhecido publicamente poder e autoridade superior à dos homens” (Rosaldo, Lamphere, 1974, p. 3). Contudo, esta é uma questão que ainda está por ser resolvida, possivelmente, a partir de evidências há pouco descobertas no âmbito da arqueologia (Kimball, 2002), acerca de esqueletos de mulheres guerreiras acompanhados de armas, escudos etc., quem sabe as Amazonas que viveram nas proximidades do mar Cáspio, no Kazakhstan. Nesta mesma obra, Kimball (2002) revela que, em trabalho anterior, questionou a tendência dos pesquisadores em considerar como de guerreiros apenas, qualquer esqueleto encontrado junto a armamentos em escavações.

Por sua vez, são dos anos de 1970 os questionamentos acerca das políticas públicas e de instituições estatais/multilaterais sobre o desenvolvimento que desconsideravam as mulheres. Nesta direção, Boserup (1970) demonstrou de modo exaustivo a importância da mão-de-obra feminina na agricultura, o que, do ponto de vista político, vinha sendo menosprezado. Nash (1975) toma por base dados etnográficos para revelar a intensa, criativa e fundamental integração das mulheres nos processos de desenvolvimento, o que, no entanto, não encontrava respaldo nas políticas de desenvolvimento. Leacock ([1976] 1981, p. 310) entendeu que “Discutir o impacto do desenvolvimento sobre o status das mulheres na sociedade [...] significa confrontar a realidade em que a opressão das mulheres está inextricavelmente vinculada ao sistema mundial de exploração”. Apesar das especificidades que se encontram subentendidas na identidade feminina, desde então as tensões,

⁶ Ver Clastres (1974), para uma discussão acerca da “sociedade contra o Estado”.

⁷ Posição que Rosaldo e Lamphere (*id.*) pretenderam simplesmente se contrapor.

⁸ Goldberg desenvolveu este entendimento, a partir da produção etnográfica sobre cerca de 1.200 sociedades.

conflitos e a violência que permeiam as relações entre as mulheres e as políticas de desenvolvimento continuam formando o principal desafio para a maioria destas agentes sócio-políticas.

Ultimamente, persiste a discussão em torno da relação mulheres, poder e processos de participação política, principalmente enquanto permeando as dinâmicas socioeconômicas e culturais. Exemplar nesta direção é a abordagem de Forline (1995), que destaca a importância das mulheres Guajá na política local, especialmente quanto à organização social e do parentesco. Detén (1990), Hughins (1990) e Simonian (2010/*forthcoming*, 2006, 2005, 2001) apontam o envolvimento das mulheres indígenas, respectivamente da Amazônia peruana, da Austrália e do estado brasileiro de Roraima, em processos organizativos vinculados à saúde, à defesa da terra, à produção de renda, à cultura etc. Nesta perspectiva, e embora perpassados por toda sorte de contradições, tais processos estão a ocorrer tanto no âmbito da política formal, ou seja, com envolvimento em eleições, em administração pública etc., como no movimento social indígena.

Em que pese contínuas transformações sócio-políticas das últimas décadas, muitas das quais têm engendrado mudanças quanto ao papel das mulheres na sociedade, simultaneamente a abordagem conservadora tem resistido. Isto pode ser percebido no contexto da Conferência promovida pela ONU em Pequim, em 1995, onde mais uma vez ficou evidente a distância entre os princípios, preceitos e a legislação envolvendo a participação da mulher na política e as experiências das mulheres, independentemente de serem indígenas ou não (Beijing, 1996). De todo modo, as indígenas ressurgiram como as agentes sociais mais vulneráveis, sobre quem continuam a pesar não apenas o preconceito de natureza racial, mas também os de origem socioeconômica e, principalmente, política. Contraditoriamente, as mulheres sabem aproveitar estes e outros espaços, na tentativa de avançar politicamente.

Em tais contextos, as mulheres constroem toda uma perspectivaêmica (Harris, 1968), em que o mote principal constitui-se geralmente no fortalecimento⁹ de suas lutas e na sua condição enquanto agentes políticas. Mais, as experiências políticas tidas como exemplares são divulgadas (Brasileiro, 1996) e, muitas vezes, disseminadas, embora de modo ainda muito limitado, fragmentário e pontual. Como posto em outro trabalho (Simonian, 2001), as dificuldades quanto à organização política das mulheres dizem respeito às políticas públicas em geral antimulheres, à falta de condições materiais e de informações. Mesmo assim, muitas vezes elas conseguem superar ao menos parte dos limites que enfrentam; nesta direção, elas propõem políticas, buscam recursos, desenvolvem ações, se tornam criativas etc. Entretanto, elas se deixam eventualmente cooptar e se voltam para projetos e atividades que terminam consolidando as desigualdades que marcam sua posição social.

Por certo, as dificuldades econômicas podem reduzir as possibilidades de participação política das mulheres. Aliás, há alguns anos, Adamson (1997) e Armstrong (1995) argumentaram que sem recursos seria impossível para as mulheres e, em particular para as indígenas, serem bem sucedidas na política. Nesta perspectiva, além do machismo ainda dominante na maior parte das sociedades, a condição de pobreza – muito presente entre as mulheres (Barrientos, 1993) – se interpõe à vontade de grande parte das mulheres em âmbito mundial quanto a possíveis envolvimento na política.

⁹ Na produção feminista mais recente, tem-se o termo “empoderamento” como sinônimo a fortalecimento, embora este último implique maior precisão a tratar-se de processos políticos.

Consequentemente, ainda é bastante limitado o número de mulheres a efetivamente participar nas lutas políticas, tanto no que diz respeito às questões meramente formais quanto às estruturais.

No entanto, as lideranças não têm se deixado abater quanto às propostas, lutas e ações voltadas para o fortalecimento do *status* das mulheres na sociedade e frente ao Estado, embora isto seja insuficiente em termos de uma educação voltada também para a política e, consequentemente, para uma efetiva participação em tal contexto. O evento denominado “Terceira Sessão do Fórum Permanente em Assuntos Indígenas”, realizado em maio de 2004 sob o patrocínio da ONU, tratou especificamente das mulheres indígenas (Third, 2004). Precisamente, abordou-se as vicissitudes vividas pelas mulheres indígenas nos mais diversos continentes. Escolheu-se esta questão para orientar a discussão proposta para esta Sessão, por sua importância no contexto das culturas e sociedades indígenas. Porém, em que pese a crucialidade deste evento no âmbito das relações e das políticas internacionais, há de se registrar que, desde a sua fundação, muito pouco a ONU vem fazendo quanto às populações indígenas e, diga-se, muito menos no que diz respeito às mulheres indígenas.

3 EXPERIÊNCIAS HISTÓRICO-CULTURAIS DAS MULHERES ENQUANTO POLÍTICAS

Difícilmente, se conseguirá algo mais próximo às experiências das mulheres das sociedades pré-estatais quanto à participação nas estruturas de poder e na política em geral. De todo modo, a arqueologia tem produzido algumas aproximações, como a compreensão desenvolvida por Roosevelt (1988), a partir das *figurines* de cerâmica encontradas em sítios arqueológicos da Amazônia, cuja quantidade e diversidade remetem a um *status* minimamente importante, ou por Kimball (2002) quanto às Amazonas da Eurásia. Por sua vez, a historiografia e a mítica indicam a presença de rainhas poderosas neste período antigo, como a das Amazonas da América do Sul (Acuña, [1639] 1941; Carvajal, [1540-1542]; Condamine, [1745] 1944). Desde a antiguidade oriental e ocidental, com a presença da escrita, já se pode saber mais sobre as mulheres na condição de políticas (Pomeroy, [1975] 1995; Robins, 1993), embora a pintura e a escultura também sejam evidências importantes a partir desta época.

No Egito antigo, predominantemente os homens administravam e controlavam o Estado, os recursos e a sociedade, o que se dava em nome dos deuses. Segundo Robins (1993), eles dominavam também a vida pública – em seus aspectos políticos, religiosos, militares e acadêmicos –, embora as mulheres formassem 50% da população e, neste sentido, as questões que as envolviam sempre foram tidas como algo desviante do padrão, da norma. Ainda, como posto por Robins, apesar desta interpretação, as mulheres tinham uma importância política expressiva, quer como rainhas,¹⁰ autoridades, autoridades em nome de seus maridos, detentoras de títulos religiosos, comerciantes, donas de terras etc.

¹⁰ Ahmose, Nefertari, Hatshepsut, Tiy e Nefertiti foram as rainhas mais conhecidas do Egito antigo; a questão que persiste, segundo Robins (*id.*, p. 42), diz respeito a quanto poder elas realmente tiveram, mas para o que não se tem resposta precisa. Mas quanto à rainha Nefertiti, “Nenhuma outra rainha foi, desde então, mostrada tão freqüentemente em monumentos, em templos, em túmulos, e em santuários” (*id.*, *ibid.*, p. 53).

Na Grécia antiga, na esfera da política, tudo começa com as mulheres míticas, quer as deusas, as ninfas etc. Athena teria sido a deusa mais complexa, pois tinha natureza feminina e masculina (Pomeroy, [1975] 1995)¹¹. Neste tempo mítico, as Amazonas eram importantes do ponto de vista político e das relações de poder e influenciariam a história cultural ocidental¹². Mais, o que garantia poder e prestígio político dentre as mulheres da idade do bronze era a capacidade de reprodução, pois não só geravam, mas criavam os filhos e futuros guerreiros.

Com o passar do tempo, as mudanças estruturais mais gerais não atingiram esta cultura política, que persistiu na Grécia clássica. Em Esparta,¹³ conforme a lei de Licurgo, as mulheres que tinham filhos – os futuros guerreiros –, ou que morriam durante o parto, eram politicamente prestigiadas (Pomeroy, [1975] 1995)¹⁴. Em Atenas, elas participavam da política e das relações de poder, apesar das divergências acadêmicas a respeito. Sólon foi o autor de uma legislação controladora sobre as mulheres locais¹⁵. E, no entender de Pomeroy ([1975] 1995, p. 58), os estudiosos concordam “[...] que politicamente e legalmente, a condição da mulher na Atenas clássica foi uma de inferioridade [...]”. De fato, a democracia ateniense as reprimiu, em especial as aristocratas.

Essa tendência quanto às políticas públicas de natureza patriarcal voltadas para as mulheres, em especial, via legislação, persistiu desde então, quando as mulheres “humanas” perderam muito das prerrogativas políticas. No mundo helênico, as mulheres tinham possibilidades de exercício de poder, mas isto dependia de sua classe social e da área do mundo onde vivia (Pomeroy, [1975] 1995). As mães dos reis e conquistadores macedônicos tinham um poder político excepcional e maior que o das esposas, como a paradigmática Olímpia, a mãe de Alexandre, o Grande¹⁶.

Porém, a presença das faraós e das rainhas e o aumento dos encargos legais e econômicos das mulheres não alteraram a condição da maioria delas, que deixava a desejar quanto à participação política¹⁷. Exemplares nesta direção são as experiências de Hatshepsout¹⁸ e de Cleópatra,¹⁹ no Egito

¹¹ “Ela é feminina na aparência e associada ao artesanato [sic] das mulheres e à fertilidade da oliveira [*Olea europaea* OLEACEAS][...]. Mas ela é a patronessa da sabedoria, considerada uma qualidade masculina entre os gregos. Ela é também uma deusa guerreira, protetora da cidadela, armada com escudo, lança, e capacete” (Pomeroy, *id.*, p. 4).

¹² Precisamente, para além do norte da Anatólia, onde teriam vivido, ou das terras dos “bárbaros” do extremo oriente (Pomeroy, *id.*, p. 24).

¹³ Também, as mulheres dessa cidade-estado e de Lesbos, onde se promovia relações homoeróticas, as mulheres eram muito valorizadas (Pomeroy, *id.*). Inclusive, em Lesbos, se fazia concursos sobre beleza feminina (Pomeroy, *id.*, p. 55).

¹⁴ Neste último caso, elas eram equiparadas aos guerreiros que morriam em campo de batalha.

¹⁵ Ele, que era homossexual, “[...] regulou os passeios, as festas, o luto, a vestimenta, e a alimentação e a bebida das mulheres cidadãs” (Pomeroy, *id.*, p. 57).

¹⁶ Ela presidiu a corte da Macedônia enquanto ele se encontrava em campanha de conquista; nessa condição ela teve que disputar o poder de Antipatery, o vice-rei, a quem o filho sempre apoiou (Pomeroy, *id.*, p. 122-124). No Egito, entre durante o reinado dos ptolomeus, a rainha Arsinoë II, que reinou com o irmão-marido Ptolomeu II, foi responsável pela expansão do poder do reino nos mares (*id.*, *ibid.*, p. 124).

¹⁷ Nesta direção, a filosofia estoica reforçou o papel tradicional das mulheres na sociedade e, embora se tenha advogado acerca da sua emancipação, o que se realizou via epicuranismo e do cinicismo, esse esforço foi em vão.

¹⁸ Essa foi a primeira mulher coroada faraó no Egito antigo (Égypte, 2007).

¹⁹ Essa faraó ptolomáica, foi uma das mulheres mais poderosas do mundo antigo, pois não apenas governou o Egito, mas por suas relações com o império romano, sua influência chegou até Roma; conforme ressaltado por Pomeroy (*id.*, p. 124), Cleópatra entendia que as alianças que articulou e estabeleceu com os romanos, a beneficiaria enquanto governante e ao próprio país; ver também p. 185-189.

antigo. De todo modo, as matronas romanas – que tiveram em Cornélia²⁰ uma fonte de inspiração – passaram a ter muitas chances políticas. Entretanto, só as mulheres da elite social e econômica, que então eram relativamente poucas, exerciam a liderança nos períodos em que os maridos estivessem fora, a serviço militar ou em missões governamentais.

No ocidente, os séculos que se seguiram até as grandes viagens e descobertas, permitiram muitas persistências e retrocessos quanto à participação e aos direitos das mulheres na política. Na chamada idade média (sic), a morte de muitas mulheres acusadas de prática de bruxaria – sendo talvez Joana D’Arc a mais conhecida – se constituiu na base da produção de uma “cultura do terror”, conforme definição de Taussig (1987), que seria mais tarde transplantada para os conquistados “mundos novos”. Mais tarde, ao mesmo tempo em que a rainha Vitória da Inglaterra resplendorava no próprio país, na Europa e alhures na segunda metade do século XIX, nas áreas em que o colonialismo inglês avançava, as populações e em particular as mulheres passaram a perder poder político.

No sul da Tswana, África, as mulheres reagiram à prática da irrigação, pois deste modo perderiam poder sobre seus lotes de cultivo e sobre o produto da colheita (Comaroff, Comaroff, 1997)²¹. Este poder era respeitado pelos maridos, o que contrariava o entendimento dos europeus. O mesmo era, de fato, central no contexto da cultura local. Nesta direção, e em 1821, a rainha Muhutu e suas concidadãs se ofereceram para cultivar milho para os primeiros cristãos que chegaram, o que se constituiria em uma estratégia para, dentre outras razões, salvaguardar os direitos das mulheres quanto às terras agricultáveis e quanto à hegemonia que sobre estas exerciam (Comaroff, Comaroff, 1997). De acordo com estes mesmos autores, também, tais mulheres se rebelaram contra a imposição de um padrão no vestir, inspirado que foi na Rainha Vitória. Entretanto, apesar desta resistência, ao longo do tempo, este poder acabou sendo perdido.

Nas Américas,²² após a conquista e inícios da colonização por parte dos europeus, as mulheres indígenas perderam o poder político que detinham, que em parte lhes era garantido pela disseminação do matriarcado e da matrilinearidade enquanto fundamentos do sistema de parentesco. Nestas terras – diferentemente do que ocorrera nas áreas de colonização grega durante a antiguidade e no mundo helenístico (Pomeroy, [1975] 1995), quando as mulheres experimentaram muita liberdade e, conseqüentemente, poder – as europeias enfrentaram um sistema patriarcal severo (Freire, 1930). Indígenas e negros escravizados em todas as áreas colonizadas a partir de fins do século XV e séculos seguintes, tanto suportaram humilhações, castigos e violências as mais infames, desumanas e etnocidas, como se rebelaram contra o colonialismo (Castillo, [séc. XVI] 1966). Como posto recentemente por Simonian (2005), elas tiveram que enfrentar o patriarcado, mas no mais das vezes com grandes perdas.

Entretanto, as indígenas ascenderam do ponto de vista mitológico, o que também implica em poder político; na Figura 1 tem-se uma Ticuna mítica. E, se de fato existiram (Acuña, [1631] 1941), as Amazonas (Figura 2) deste continente logo se transformaram em mito; as indígenas chefas políticas

²⁰ Uma viúva – que não aceitou uma proposta de casamento de um Ptolomeu – teve 12 filhos, foi mãe de Tibério e Caio Gracus, através dos quais exerceu uma influência profunda na política romana (Pomeroy, *id.*, p. 149-150).

²¹ Especificamente, elas resistiram ao interromper as rotinas da irrigação, ao danificar as barragens, e ao furtar os produtos das plantações dos colonizadores.

²² Leia-se: do que veio a se constituir as Américas.

passaram pelo mesmo processo, tendo ainda se defrontado com uma ascendência masculina quase que dominante, principalmente em termos políticos. De todo modo, ainda neste período inicial, Malinche, a indígena que se amancebou com Cortés,²³ o conquistador do México, acabou se transformando em um ícone político da traição no México (Figura 3) (Lanyon, 2001)²⁴. Simultaneamente, Malinche sofreu revezes; é possível que o mais drástico tenha sido a partida do filho com o pai Cortés para a Europa, a quem nunca mais viu.



Figura 1: Representação de mulher Ticuna de natureza mitológica, vestindo túnica de fibras pintada; pintura pública em prédio para treinamento na aldeia Filadélfia, Benjamin Constant, estado do Amazonas. Fonte: L. Simonian, 2002.

²³ Malinche e Cortez foram freqüentemente vistos juntos entre 1519 e 1522 e tiveram um filho, mas após esse período, o casal ainda viajou para Honduras. Cortés levou o filho Martin para a Europa, sendo que o mesmo nunca mais retornou ao México (Lanyon, *id.*).

²⁴ Precisamente, “[...] *una vergüenza nacional, una prostituta al servicio de los españoles*” (Lanyon, 2001, 1ª. orelha). Simonian (2001) testemunhou uma ação similar a esse entendimento, quando um cliente da loja de venda de bens culturais do Museo del Hombre Americano da cidade do México, estava a dizer, ao conversar com uma acompanhante: “[...] *la Malinche, la sin vergüenza, quien no merece nuestra estima de mexicanos*”. Lanyon (2001) se posiciona contrária a tal posicionamento e defende que Malinche foi uma mulher que soube enfrentar os desafios de seu tempo e que foram a elas impostos.



Figura 2: Amazonas em luta com os invasores europeus, junto ao rio que viria a ser chamado Amazonas. Fonte: Thevet, 1558, apud Imagens, 1993, p. 77.



Figura 3: Malinche traduz para Cortés e recebe presentes dos Tlaxcalteca. Fonte: Lienzo de Tlaxcala (circa 1500, apud Lanyon, 2001, p. 89).

Há de ressaltar-se, ainda, que muitas outras indígenas tiveram um papel essencial do ponto de vista político quanto aos primeiros momentos da conquista e dominação de suas nações por parte dos europeus (Bettendorff, [séc. XVII] 1990; Schumacher, 2003; Simonian, 2005b). Entretanto, não só as

indígenas, mas praticamente todas as mulheres das áreas colonizadas,²⁵ passaram pelos mesmos processos opressivos, muitos dos quais implicaram simultaneamente no exercício de certo poder. Nesta direção, incluiu-se o terror de as mulheres indígenas e negras verem, muitíssimas vezes, os filhos e as filhas arrancados dos braços e, como elas e os pais negros ou índios, transformados em mera mercadoria. Também, o de terem que se curvar à lascívia dos homens que integravam a elite políticoeconômica das áreas colonizadas e/ou neocoloniais.

4 MULHERES INDÍGENAS NA POLÍTICA – TENDÊNCIAS RECENTES

A problemática ora em análise – a do envolvimento das mulheres indígenas na política –, remete para realidades como diversidade cultural, organização política e lideranças políticas pautadas por interesses coletivos, grupais e individuais. Por certo, a diversidade étnica que persiste nestes tempos de pós-modernidade, principalmente no que diz respeito à etnicidade indígena, implica em diversidade cultural. Como a política se situa no âmbito da cultura, as especificidades das nações indígenas as mais diversas não de ser consideradas em qualquer análise acerca da presença das mulheres indígenas em processos de organização neste âmbito.

Nesta perspectiva, há de se destacar a década iniciada em 1980 como o grande momento da disseminação dos processos de organização política das mulheres indígenas, tanto no sentido das mobilizações pró-interesses comunitários, como quanto ao associativismo, à política partidária e às questões de gênero. A crise mundial deste tempo repercutiu em alguns países como a “década perdida”, e impactou as políticas indigenistas e conseqüentemente o movimento social indígena. Por sua vez, este seria marcado por lutas pela demarcação de Terras Indígenas – TI, pela maior participação de indígenas em movimentos de resistência armada, pelo surgimento de organizações de mulheres indígenas.

No México, especialmente as mulheres indígenas de Chiapas, se fizeram presentes no espaço público, onde a política se constitui prioritariamente; na Figura 4, tem-se uma imagem a respeito. De início, foram importantes as experiências destas mulheres ante os processos de colonização impostos no território Maya, a intervenção de religiosos vinculados à teologia da libertação e de Organizações Não Governamentais – ONG. De acordo com Hernández-Castillo (1995, p. 60), “As mulheres indígenas tomaram parte ativa nos novos espaços organizativos que se criaram no âmbito da colonização. Muitas das atividades tradicionais das mulheres se viram modificadas e na luta pela sobrevivência, elas começaram a ter uma maior participação”. De certo modo, este processo se ampliou a partir da ação pública do Exército Zapatista de Libertação Nacional – EZLN, ocorrida no início de 1994, embora desde a década iniciada em 1970, tenham surgido organizações de camponeses indígenas e mestiços.

²⁵ Fossem elas negras, principalmente as “mocambeiras”, mestiças, neste caso tanto as caboclas, cafuzas e/ou mulatas, ou mesmo as brancas.



Figura 4: Mulheres zapatistas. Fonte: Fotos, 2003.

Precisamente, as mulheres do EZLN elaboraram a Lei Revolucionária das Mulheres, a qual foi ratificada em consulta junto às mulheres das bases de apoio e publicada em março de 1994. A repercussão desta lei foi enorme entre as mulheres indígenas, principalmente por ter reconhecido os seguintes direitos:

1. As mulheres, sem importar sua raça, credo, cor ou afiliação política, têm o direito de participar na luta revolucionária e em lugar e grau que a sua capacidade possibilite.
2. As mulheres têm direito a trabalhar e receber um salário justo.
3. As mulheres têm direito de decidir o número de filhos que podem ter e cuidar.
4. As mulheres têm direito a participar nos assuntos da comunidade e ter cargo, se são eleitas livre e democraticamente.
5. As mulheres têm direito à atenção primária quanto à saúde e alimentação.
6. As mulheres têm direito à sua educação.
7. As mulheres têm direito a escolher o seu companheiro e a não ser obrigada pela força a contrair matrimônio.
8. Nenhuma mulher poderá ser golpeada ou maltratada fisicamente, por familiares ou por estranhos. Os delitos de tentativa de violação serão castigados violentamente.
9. As mulheres poderão ocupar cargos de direção na organização e ter graus militares nas forças armadas revolucionárias.
10. As mulheres terão todos os direitos e obrigações previstos nas leis e regulamentos revolucionários (Ley, 1994, apud Lovera & Palomo, 1997, prólogo).

Muitas mulheres indígenas também reivindicaram o direito à especificidade cultural e segundo Hernández-Castillo (1995), o ano de 1994 foi pleno de encontros, convenções e outros espaços de lutas políticas, tendo ainda as propostas sido sofisticadas e ampliadas²⁶. A “[...] lei revolucionária das mulheres [...]” foi ampliada em 1996 (Lovera & Palomo, 1997, prólogo), quando as mulheres casadas passaram a ter o direito a planejamento familiar garantido, independentemente da posição do marido. E, no sentido de salvaguardar a dignidade das mulheres enquanto esposas e mulheres propriamente ditas, proibiu-se a poliginia.

Também no México, mulheres indígenas e não indígenas guatemaltecas dos campos de refugiados encontraram forças em busca de uma vida nova e fundaram o Movimento Mama Nanquin. Precisamente, a escolha deste nome deu-se em “[...] homenagem a uma líder indígena que morreu durante um massacre na Guatemala” (Tovar, 2001, p. 354). Mas, as indígenas deste movimento privilegiaram a luta contra a opressão como base de suas estratégias mobilizadoras, principalmente porque “[...] estavam cansadas que lhes dissessem que ‘as mulheres não valem nada’” (Light, 1992, apud Tovar, 2001, p. 354). Ainda segundo Tovar, mulheres guatemaltecas viúvas, cuja maioria era formada de indígenas, se organizaram e contribuíram com o processo que levou ao estabelecimento do acordo de paz entre o Estado e os patriotas guerrilheiros.

A pensar-se na Guatemala, também a participação política das mulheres nos acontecimentos políticos, especialmente envolvendo a ação da guerrilha de esquerda contra o Estado, foi das mais importantes. No que diz respeito às mulheres indígenas guatemaltecas, deste processo resultou a liderança de Rigoberta Menchú, que em 1992 recebeu o prêmio Nobel da Paz (Burgos, 1995). Apesar do destaque de Menchú no cenário político nacional e internacional, a sua trajetória foi discutida por Stoll (1999), que criticou várias passagens da biografia desta indígena, que aparecem no livro assinado por Burgos. Ainda, este autor argumentou terem outras lideranças tanta ou mais importância na luta contra a opressão, tortura e assassinatos políticos na Guatemala. Mas, independentemente deste desdobramento, Menchú se impôs enquanto liderança indígena internacional, o que tem, sucessivamente, a transformado em ícone das lutas indígenas e especificamente das mulheres, em especial quanto a reconhecimento de direitos.

Quanto às lutas das mulheres indígenas e não indígenas da Amazônia ocidental, há de se mencionar os processos organizativos que vêm ocorrendo entre as indígenas do rio Putumayo, Colômbia, das indígenas do estado do Acre, e das Ticuna, que vivem nas áreas fronteiriças no entorno de Letícia, Colômbia, e Tabatinga, Brasil. No vale do Putumayo, Colômbia, a análise de Chaves-Camorro (2001) acerca da rivalidade entre os discursos das diferentes nações indígenas – Inga, que compõem 40% da população local, e outras nove nações indígenas – e das disputas que surgem entre estes, *vis-à-vis* os colonos não indígenas, sugere a importância de uma contextualização mais ampla envolvendo a questão da identidade, inclusive, no aspecto legal/constitucional. Mas, geralmente, qual teria sido e como tem-se dado a participação das indígenas em tal contexto?

Embora no momento não se tenha resposta a esta pergunta, sabe-se que, já em 1985, as mulheres indígenas e camponesas da Colômbia se organizaram em uma associação nacional (Tovar,

²⁶ Ver Hernández-Castillo (1995, p. 64-65) para uma relação com as principais reivindicações dessas mulheres, e que aparecem em documento organizado pela Convenção Estatal de Mulheres Chiapanecas, realizada entre 28 e 29 de julho de 1994, em San Cristóbal de las Casas.

2001), na expectativa de tentar superar alguns entraves políticos quanto à sua condição feminina frente ao Estado e a sociedade mais ampla. Em pesquisa recente, observou-se que entre as indígenas das “terras de resguardos”²⁷ das proximidades de Letícia, as dificuldades quanto à participação política ainda são muitas. Precisamente, ao serem indagadas a respeito, as indígenas falaram a resistência dos pais, maridos e mesmo de outros parentes do gênero masculino como a razão principal da sua inércia em termos de participação (Simonian, 2003-2001). De todo modo e embora pesem igualmente muitas limitações – principalmente as de natureza estrutural, como infraestrutura e capital –, tais indígenas são vistas em seu cotidiano numa luta intensa pela melhoria de condições de vida, em especial através do beneficiamento de matérias-primas, da produção artística etc. Na Figura 5, tem-se uma imagem a respeito deste envolvimento com as atividades produtivas.



Figura 5: Natividad Flores Huitoto, 38 anos em 2002, de Letícia, Colômbia, produzindo adereços para o mercado turístico regional. Foto de L. Simonian, 2002.

As não indígenas dessa mesma área também se encontram minimamente organizadas. Nesta perspectiva, destaca-se um programa voltado para viabilizar poupança em grupo, o que é feito diariamente e, assim, facilitar a implementação de negócios de pequeno porte e/ou a construção de habitação (Simonian, 2003-2001). Na Figura 6, vê-se mulheres de Letícia, Colômbia, que atuam neste campo organizativo e ao mesmo tempo conectado com a produção de renda e/ou de condições de vida melhores para as mulheres. Esta modalidade organizativa é encontrada em resguardos indígenas das proximidades desta cidade. E, pelo que se pôde documentar *in locus* junto a indígenas e não indígenas, as dificuldades são muitas, pois se trabalha com poucos recursos e é grande a inadimplência por parte das pessoas que se beneficiam com este programa.

²⁷ Na Colômbia, as TI legalizadas pelo Estado são identificadas como “terras de resguardo” (Simonian, 2003-2001).



Figura 6: Mulheres não indígenas promotoras do micro-crédito em Letícia²⁸. Foto de L. Simonian, 2002.

Ainda na Amazônia ocidental, a considerar-se as indígenas acreanas, tais processos remontam à década iniciada em 1990, com ênfase para projetos voltados à saúde e à produção de renda, notadamente entre as indígenas Kaxinauá e Campa (Simonian, 1998 e 1994). Em que pese muitas conquistas, estas indígenas ainda não conseguiram a erradicação da poliginia, embora isto afete a saúde mental e psicológica de muitas mulheres, principalmente das que são primeiras esposas. Aliás, esta é uma questão de fundo para muitas mulheres indígenas contemporâneas,²⁹ sendo que em fins da década anterior, uma Kaxinauá do rio Jordão assim confidenciou à autora (Simonian, 1987): “[...] o marido tem mulher branca na cidade; eu não quero isto; choro muito, as crianças também choram”. Do mesmo modo, as reclamações são muitas de parte das produtoras indígenas de arte acerca de problemas quanto aos projetos econômicos, principalmente quanto à comercialização da produção de têxteis, pois no mais das vezes se sentem lesadas³⁰.

Nessa mesma área amazônica, o associativismo tem se proliferado entre as mulheres indígenas, embora nem sempre pautado pela eficiência, inclusive de parte das assessorias. Pelo que Simonian (2003-2001) levantou, no estado do Amazonas, tem-se a:

²⁸ Respectivamente, da esquerda para a direita: Eni Espinar Nunes, 53 anos em 2002, nascida no Peru e a 30 anos vive em Letícia; Dolibetch Hernandes Lopes, 49 anos à mesma época; Flor Ceballos Cordero, então com 44 anos; Aurení Aldana Espinar, 26 anos (Simonian, 2002).

²⁹ No passado, as indígenas se manifestaram a respeito, quando tiveram condições de fazê-lo; ver Azevedo, 1985.

³⁰ Segundo uma delas adiantou anos atrás à autora (Simonian, 1998), embora tenha solicitado anonimato, devido à distância elas não comercializam diretamente seus produtos, sendo que os intermediários indígenas não lhes repassam valores minimamente justos.

Associação de Mulheres Indígenas Ticuna – AMIT³¹;
Associação de Mulheres Ticuna Artesãs [sic] de Bom Caminho – AMATÜ;
Associação Geral das Mulheres Indígenas Ticuna do Alto Solimões – AGMITAS³²;
Associação de Mulheres Indígenas do Rio Negro – AMIARU;
Associação de Mulheres Indígenas Kambeba – AMIK;
Associação de Mulheres Indígenas do Rio Içana – AMIRI;
Associação de Mulheres Indígenas Taracua, Rio Uaupés e Tiquié – AMITRUT;
Associação das Mulheres Indígenas Sateré-Maué – AMISM;
Organização Geral das Mulheres Indígenas Cristãs Ticunas da Amazônia – OGMICTA.

Precisamente, entre as indígenas Ticuna, as associações podem ser encontradas, tanto do lado brasileiro, a exemplo das acima referidas, como do lado colombiano, e todas vinculadas ao objetivo de melhoria nas condições de vida a partir, principalmente, da produção de renda (Faulhaber, 2002; Simonian, 2003-2001). Entretanto, pelo que se ouviu e se observou em campo, praticamente todas estas associações e projetos específicos distam muito de padrões considerados como minimamente aceitáveis em termos de desenvolvimento sustentável, especialmente em termos de sustentabilidade política.

Exemplar nesta direção é a experiência das mulheres da aldeia Filadélfia, localizada na Terra Indígena – TI Santo Antônio, de Benjamin Constant, estado do Amazonas. Precisamente, dentre outros fatores, o faccionalismo religioso entre católicos e protestantes fundamentalistas está a se refletir na organização das Ticuna que ali vivem, sendo que já contam há algum tempo com duas associações, a AMIT e a OGMICTA, cuja sede pode ser vista na Figura 7. A respeito, conforme a pesquisa de Simonian (2003-2001), este espaço já vinha sendo considerado exíguo em 2002, o que estava limitando a proposta de trabalho das indígenas desta organização. Esta proposta, por sua vez, envolve a produção de bens artísticos pelas indígenas, que inclusive aparecem mostrando seus produtos na Figura 8. Estes produtos são voltados para o mercado turístico desta fronteira trinacional, com vistas ao incremento da renda para o atendimento de suas necessidades e das de suas famílias.

³¹ Fundou-se a AMIT em 1998; em 2002, a mesma tinha então 270 associadas que estavam a desenvolver diversos projetos, dentre os quais o Projeto Tucum, todos financiados por um PDA (Carmem Gomes, 40 anos, 2002; conforme entrevista dada à autora, à época).

³² Essa Associação foi fundada em 1999, a partir de uma divisão em relação à AMIT; ambas estão localizadas na aldeia Filadélfia, município de Benjamin Constant (Simonian, 2002). Além de questões ligadas à gestão de recursos, as de natureza religiosas também contribuíram para o faccionalismo que resultou nessa segunda Associação.



Figura 7: Sede da OGMICTA. Foto de L. Simonian, 2003.



Figura 8: Mulheres Ticuna e parte de sua produção de adereços do tipo colares³³. Foto de L. Simonian, 2002.

³³ Respectivamente da esquerda para a direita, em foto de 2002, as Ticuna: Carmem Gomes, 40 anos; Rosa Martins Gomes, 55 anos, e Eliane Carneiro Fernandes, 28 anos (Simonian, 2002).

A AMATÛ é formada por Ticuna e se localiza em Benjamin Constant, neste mesmo estado; foi criada recentemente e em 2004 contava com 86 associados, entre homens e mulheres (Simonian, 2006-2004, 2003-2001). A mesma já tem um selo especial para seus produtos, tem telefone de contato e vende em Manaus a produção, pelo sistema de consignação; vem recebendo apoio da administração municipal (Simonian, 2006-2004, 2003-2001). A matéria-prima é diversificada, bem como os produtos finais; porém, consta que está havendo exploração quanto ao extrativismo da semente da jarina (*Phytelephas macrocarpa*), cujas palmeiras inclusive são derrubadas para o plantio de produtos agrícolas. E, ainda, em outros municípios da região existe associações similares, organizadas por indígenas.

Entretanto, note-se que nem mesmo o desenvolvimento de projetos de pesquisa e de intervenção contribui quanto à possibilidade de reversão deste processo. O Conselho Geral da Tribo Ticuna – CGTT existe desde os anos de 1980, sendo que o mesmo mantém o Museu Magüta – criado em 1988 –, e gerencia diversos projetos voltados para a capacitação profissional dos indígenas e para as atividades produtivas (Nino Fernandes, 2002³⁴). Tanto o CGTT como o Magüta contam com a participação de pesquisadores e assessorias diversas de ONG, Universidades etc. Por sua vez, este museu participa do esforço quanto à comercialização de produtos artísticos dos e das indígenas que vivem nesta região fronteira.

Em que medida as mulheres das associações de mulheres indígenas de Manaus conseguem apoiar estas indígenas, é uma questão para a qual ainda não se tem resposta. Assim, pesar de existirem quatro destas associações, suas dirigentes e associadas lutam com dificuldades quanto a projetos voltados para uma produção e comercialização sustentáveis. Conforme Simonian (2006-2004) e Ximenes (2008), as associações destas indígenas são as seguintes:

União das Mulheres Artesão Indígenas do Médio Rio Negro – UMAI
Associação das Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro – AMARN
Associação das Mulheres Indígenas Sateré-Mawé – AMISM
Associação das Mulheres Kambeba – ASMUK.

De todo modo e ultimamente, o que se tem observado é que através destas associações, as indígenas que vivem em Manaus mantêm um contato bastante intenso com seus patrícios que vivem nas TI, em áreas distantes. Elas e suas famílias recebem parentes e amigos na cidade e, eventualmente, retornam a seus locais de origem para temporadas de visitas, para atividades comerciais ou outras.

A participação das mulheres indígenas de Roraima, notadamente as Macuxi e as Wapixana, no movimento indígena estadual recente é das mais significativas em termos de Brasil. Segundo posto anteriormente (Simonian, 2001, p. 164-165):

Nesse processo de organização, as mulheres indígenas de Roraima têm colocado toda uma série de problemas, que as tem movido em busca de articulações com o objetivo de viabilizar as suas propostas. Estas questões situam-se no âmbito de suas identidades individuais, comunitárias, e no das sociedades não-indígenas e de um Estado que praticamente as ignoram.

³⁴ Conforme entrevista dada à autora, em Benjamin Constant (AM) e nesse ano.

Dentre tais questões, estão as relativas à violência, às bases de subsistência, aos preconceitos, às dificuldades de participação em processos decisórios.

E, pelo menos até fins dos anos de 1990, estas indígenas ainda enfrentavam os cerceamentos quanto à sua participação enquanto políticas por parte de seus maridos e/ou parentes, mas mesmo assim elas persistiram e se organizaram, como se observa na Figura 9. Alguns dos maiores problemas que as mesmas vêm enfrentando são a disseminação do alcoolismo e o faccionalismo no movimento indígena estadual, inclusive no seu próprio processo de organização (Simonian, 2001, 1997). O alcoolismo está, inclusive, na base da violência doméstica e o faccionalismo repercute na questão da terra, que é grave no estado, o que acaba tendo implicações no contexto da Organização das Mulheres Indígenas de Roraima – OMIR³⁵.



Figura 9: Mulheres Macuxi, em reunião na aldeia Táxi, estado de Roraima.
Foto de L. Simonian, 1997.

Em que pese problemas quanto ao acesso a recursos para subsidiar seus processos organizativos, estas mulheres indígenas têm contado com o apoio da Igreja Católica Apostólica Romana – ICAR e do Conselho Indígena de Roraima – CIR,³⁶ cujas intervenções inclusive as impulsionaram no sentido das mobilizações políticas e do associativismo (Simonian, 2001). Também, as mesmas têm se organizado no sentido da produção de renda, quer para si próprias, quer para financiar suas ações políticas; porém, como em muitas outras experiências das mulheres indígenas amazônicas, tais projetos e ações deixam a desejar quanto à lógica da sustentabilidade ambiental e

³⁵ Sem extinguir as associações antes existentes (Simonian, 1991b), a OMIR unificou as organizações de mulheres indígenas de Roraima. Para uma compreensão mais aprofundada desse processo, ver Simonian 2005.

³⁶ Esse Conselho tem tido antes uma atuação contraditória, pois por anos sua liderança restringiu em muito as possibilidades de avanço político e organizativo das mulheres indígenas locais.

socioeconômica (Simonian, 2001). E, na perspectiva ora referida, tais propostas e ações são sempre pontuais e deixam ainda a desejar enquanto política de capacitação das mulheres e de viabilização de projetos que efetivamente possam alterar os atuais patamares quanto à renda.

Há de se considerar, ainda, a participação política das mulheres indígenas em termos individuais. Nesta direção, as indígenas funcionárias da Fundação Nacional do Índio – FUNAI e/ou professoras e agentes de saúde, todas ligadas ao setor público, têm ultimamente se destacado, sendo esta realidade exemplar entre as Kaingang do sul, as Macuxi e Wapixana de Roraima e entre as indígenas Bakairi, no estado do Mato Grosso (Barros, 2004; Simonian, 2003). Os casos de indígenas eleitas, respectivamente, para o cargo de vice-prefeita e de prefeita há alguns anos situa-se nesta mesma perspectiva (Simonian, 2003; 2001), embora as mesmas também venham contando com apoio de políticos conservadores de Roraima. E, na medida em que cresce o número de jovens indígenas nos cursos superiores, aumentam suas possibilidades enquanto lideranças políticas. Entretanto, esta situação pode estar temporariamente se constituindo em processo inibidor quanto à formação de lideranças femininas no âmbito das próprias aldeias, pois estas estudantes tendem a permanecer nas capitais dos estados. Aliás, são elas que têm sido indicadas para conselhos sobre a condição da mulher em âmbito regional, nacional e para representações diversas em âmbito internacional.

Ainda em Roraima, uma das “indígenas” que foi reeleita como prefeita municipal, a Florani Mota, do Partido dos Trabalhadores – PT de Uiramutã em 2004, um município incrustado na TI Raposa/Serra do Sol, mobilizou-se numa perspectiva antiindígena. A respeito e apesar de se apresentar como indígena, embora de fato seja mestiça de pai não índio e mãe Macuxi, Mota defendeu a manutenção deste município e concordou com a proposta de realização de um plebiscito em que a população se definiria acerca desta proposta ou da que envolveria a demarcação de terra contínua para os indígenas locais (Simonian, 2003)³⁷. E seu pai Zélio Mota tem estado a liderar grupos de posseiros, como o integrado por ele e Chico Tala, Manoel Babicha e Jacó, que têm disseminado o terror, a violência e modalidades diversas de intimidação nesta TI (Brasil, 2002). Inclusive, denúncias de corrupção (Entidades, 2004) revelaram o uso de transporte municipal em conflitos de terra em que não índios agridem os indígenas e/ou pessoas aliadas.

Neste ponto, importa destacar a possibilidade de que mulheres indígenas, em geral, as líderes étnicas e de aldeias, sejam manipuladas politicamente por políticos não índios de orientação conservadora. Exemplar nesta direção é a experiência de muitas mulheres indígenas de Roraima, que têm sido cooptadas pela elite regional quanto à luta contra a demarcação de área contínua da TI Raposa/Serra do Sol e contra a saída dos plantadores de arroz (*Oryza sativa*) na TI São Marcos etc. (Sacchi, 2006; Simonian, 2005, 2003)³⁸. De triste e similar relevância é a experiência de Verônica Tembé, uma liderança étnica, cultural e política dos Tembé do Pará (Simonian, Valadão,

³⁷ Embora não se tenha feito uma pesquisa específica a respeito, pelo que se pôde depreender quando de trabalho de campo em Roraima à época, o PT fez “vistas grossas” acerca do posicionamento e performance dessa prefeita.

³⁸ Esta TI foi homologada em 2005, como terra contínua, embora algumas áreas reivindicadas pelos indígenas tenham ficado fora, assim como alguns bens, a saber: “[...] a área do 6º Pelotão Especial de Fronteira – 6º PEF, no município de Uiramutã; os equipamentos e instalações públicos federais e estaduais atualmente existentes; o núcleo urbano atualmente existente da sede de Uiramutã; as linhas de transmissão de energia elétrica; e os leitos das rodovias públicas federais e estaduais atualmente existentes” (Vasconcelos, 2005, p. 1).

2010/*forthcoming*). Precisamente, o ex-governador Almir Gabriel usou a imagem desta indígena e sua importância cultural entre as nações indígenas deste estado e da Amazônia, em especial na mídia televisiva e jornalística, tendo inclusive a condecorado. Porém, conforme documentado em campo, enquanto ele assim procedia, Verônica e parentes da aldeia Tekohaw e da TI Alto Rio Guamá se contaminavam com a água disponível para seu consumo – ver Figura 10 – e com as terras invadidas por não índios posseiros e/ou madeireiros.



Figura 10: Verônica Tembé mostrando a água contaminada que ela e seus parentes estavam a usar em 2001, na aldeia Tekohaw. Foto de L. Simonian, 2001.

E a continuar tratando da questão política entre as indígenas, há de se discutir a persistência da prostituição, principalmente em face das políticas antiindígenas e, conseqüentemente, a inexistência de vontade no sentido de superação de tal realidade. De fato, em recente investigação, o Senado Federal (O tarado, 2003) apurou que tendências antigas quanto à prostituição entre as mulheres indígenas – leia-se especialmente de meninas e jovens indígenas³⁹ – persistem de modo generalizado. Precisamente e pela ordem apresentada, as vítimas são as “Meninas com traços indígenas, considerados exóticos por estrangeiros[,] Meninas pobres com idades de 10 a 17 anos[, e] Meninas de origem indígenas” (O tarado, 2003, p. 2). Seria quase desnecessário dizer como posto no texto ora referido, que lideram a lista dos “exploradores”, os “Empresários, políticos e comerciantes locais”, o que revela a permanência de uma elite mentalmente enferma, isto para além da questão da exploração em si. E se o Estado – leia-se, as suas elites – está a se mostrar sem vontade para erradicar este complexo de crimes, as mulheres indígenas e/ou suas organizações tornam-se impotentes.

A pensar-se nas implicações da Lei Maria da Penha (Brasil, 2007), que dispõe contra a violência em relação às mulheres no Brasil e, em especial, entre as indígenas, elas são incipientes. De fato, não parou de crescer o número de agressões, incluindo os assassinatos contra as mulheres,

³⁹ O mais apropriado quanto a esta situação é defini-la exploração sexual de meninas e jovens.

notadamente no âmbito doméstico⁴⁰. E, note-se, que a brutalidade com que tais ações têm sido implementadas revela um processo crescente de desumanização ou de barbarização da própria humanidade na contemporaneidade. Também, percebe-se que se aprendeu pouquíssimo com o feminismo, em que pese sua disseminação pelo mundo.

Mesmo assim, a possibilidade de organização política entre as mulheres indígenas da Amazônia revela-se como da maior importância, embora muito esteja por ser feito. De fato, no mundo atual, em que domina uma economia-política globalizada e onde a rapidez, a eficiência e a transparência formam o *mote* de projetos de naturezas diversas, quer seja ela política, econômica, cultural ou outra, a participação das mulheres é central. Entretanto, frente às orientações das instituições multilaterais (Brasileiro, 1996; Simonian, 2001), as perspectivas das lutas destas mulheres persistem com características ainda bem retrógradas. De todo modo, e ainda que contraditoriamente, as mesmas se constituem como indicadores com potencial para a mudança, quiçá significativas.

5 DISCUSSÃO E NOTAS CONCLUSIVAS

Na discussão ora proposta, alguns pontos merecem destaque, a saber: 1) a antiguidade da participação das mulheres em processos de organização política, o que remonta a tempos pré-estatais; 2) os limites impostos pelo Estado – notadamente o Estado colonial – às mulheres, principalmente enquanto sujeitas políticas; 3) os avanços das mulheres quanto às lutas, demandas e propostas políticas, e simultaneamente, 4) os impasses vividos pelas mulheres e em especial pelas indígenas.

No que diz respeito a esse primeiro aspecto, as mulheres, certamente que desde o princípio da humanidade, em alguma medida conquistaram e/ou tiveram reconhecido o direito de participar dos processos políticos. As pesquisas arqueológicas revelam que as mulheres de tempos prístinos exerceram algum tipo de poder, o que pode ser evidenciado pelo número de *figurines* encontrados em sítios diversos, a exemplo dos marajoaras, no estuário amazônico, dos andinos, de ossaturas marcadas por armas ou outras evidências (Kimball, 2002; Miller, 1988; Roosevelt, 1988). A experiência das Iroquesas da América do Norte ao tempo da conquista europeia, como posto por Leacock e Nash ([1977] 1981), é um indicador do exercício de poder e de funções políticas públicas, como a de chefia. A disseminação do matriarcado quanto à organização social e de parentesco encontrava-se na base desta participação política de parte das mulheres das sociedades pré-Estado.

Porém, desde a formação do Estado em tempos antigos, as mulheres tiveram seu perfil sócio-político alterado. Precisamente, restrições fundadas na disseminação do sistema do patriarcado (Engels, [1888] 1954) se impuseram frente às possibilidades de participação política das mulheres. Assim, o que ocorreu nos Estados antigos da Grécia e de Roma é exemplar, pois as mulheres perderam muito em termos políticos (Pomeroy, [1975] 1995; Robins, 1993), tendo sido inclusive deslocadas para o âmbito estrito da domesticidade. E se, nas áreas mediterrâneas de colonização grega as mulheres conseguiram exercer algum papel e/ou influência política, naquelas em que o sistema

⁴⁰ Observe-se que a sociedade reage diferentemente quanto ao ordenamento jurídico. Por exemplo, no Brasil, a lei que a partir do ano em curso ampliou as penas para quem dirige alcoolizado e é flagrado, reduziu imediatamente o número de acidentes nas rodovias do país.

colonial dos tempos modernos ocorreu, a vida das mulheres e, em especial a das indígenas, pautou-se pela opressão, violência e todas as possibilidades imagináveis de exploração (Brownmiller, 1976; Freyre, 1930). Nestas sociedades, como se percebe a partir de tantas pesquisas e evidências, não só surgem como se generalizam as desigualdades sociais, econômicas e políticas.

Em que medida o poder emanado da determinação de Joana D'Arc, o poder/*glamour* da rainha Vitória da Inglaterra, dentre outras influências, podem ter impulsionado as mulheres acerca da retomada de lutas por direitos é uma questão que demanda pesquisa, mas por certo que tais realidades tiveram sua importância. As demandas, mobilizações e lutas abolicionistas do século XIX e das sufragistas de fins deste século e das primeiras décadas do seguinte estão dentre os movimentos políticos mais consistentes e generalizados dentre as mulheres de então (Cote, 1984; Mott, 1988; Soihet, 1974). Entretanto, estes processos organizativos deixaram muito a desejar, principalmente, porque as mulheres não foram simultaneamente incorporadas como mão-de-obra valorizada após a “abolição da escravatura” e/ou não tinham os requisitos para o voto livre, em especial o domínio da leitura e da escrita.

Por sua vez, as lutas das mulheres pela igualdade de direitos humanos, socioeconômicos e por direitos reprodutivos marcaram positivamente as últimas décadas do século XX (Garcia, 1981). Entretanto, muito ainda está por ser feito quanto à grande parte dos segmentos sociais menos favorecidos, notadamente quanto às mulheres, e entre as indígenas, os referidos avanços têm sido bem menos abrangentes (Beijing, 1996; Simonian, 2001). Ao menos parcialmente, os preconceitos disseminados de natureza racial e interesses antiindígenas no âmbito da economia-política vêm produzindo as condições para a persistência de limites quanto ao envolvimento político das mulheres indígenas. As muitas esperanças até há pouco tempo tidas pelas mulheres estão a sofrer investidas de segmentos políticos conservadores, dentre tantas outras, a exemplo das lutas antiabortos recentes (Simonian, 2004). Este mesmo conservadorismo tem permeado as relações de poder entre o Estado, a sociedade não indígena e as sociedades indígenas, o que remete à condição extremamente subalterna das mulheres indígenas.

Em conclusão, há de se ressaltar as tendências fundamentais quanto à presença das mulheres nos contextos políticos desde os tempos imemoriais. Primeiramente, estas sujeitas políticas tiveram um papel político importante, sendo a sua participação disseminada na política e nas estruturas de poder nas sociedades pré-estatais. E, desde o surgimento das desigualdades sociais, tais mulheres, e em especial as indígenas, passaram a enfrentar dificuldades, controle e mesmo a violência, embora elas sempre tenham simultaneamente lutado por fortalecimento político e aproveitamento de espaços para o exercício do poder. Ao tempo da conquista dos chamados “novos mundos” pelos europeus, as indígenas atuavam enquanto política nos espaços sociais, a exemplo da organização do parentesco, mas logo se viram destituídas de direitos políticos.

Diga-se, ainda, que nestes tempos contemporâneos uma parte significativa das mulheres se pauta pelo feminismo, com destaque para as lutas políticas de natureza local, regional e/ou internacional, muitas vezes vêm seus esforços esbarrarem em legalismos diversos, inércia quanto às políticas públicas e em ideologias conservadoras. Estes desdobramentos são igualmente vividos pelas mulheres indígenas, que, para além de serem vitimizadas por toda sorte de preconceito e mesmo de racismo, estão a se debater com dificuldades em relação ao associativismo e/ou outras estruturas

formais que lhes têm sido impostos, quanto à necessidade de produção de renda e, quando se vêem sós, quanto à responsabilidade para com a prole e/ou familiares. Assim, elas não têm podido contar com o Estado e/ou com a sociedade mais ampla quanto a qualquer modalidade de suporte.

De fato, essas agências têm se revelado de modo problemático e/ou antimulheres, em especial sobre os acordos internacionais quanto à incorporação das mulheres em geral e das indígenas em particular no que se refere ao desenvolvimento com base em padrões aceitáveis de sustentabilidade. Por sua vez, as mulheres ora em discussão têm sabido se armar de muitas esperanças e proposto estratégias no sentido de garantir sua reprodução biológica e social e/ou a dos seus familiares. Mesmo assim, elas persistem na intenção e com as tentativas de ampliar os espaços políticos de seu cotidiano numa perspectiva temporal rumo ao futuro.

Referências

- ACUÑA, C. Novo descobrimento do grande rio das Amazonas. In: _____. *Descobrimientos do rio das Amazonas*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1941. p. 125-286. (Original de 1639; Col. Brasiliana, v. 203).
- ADAMSON, R. Interview with E. Cabral. Cover story: Rebecca Adamson. *Ford Foundation Report*, p. 10-13, Spring, 1997.
- ARMSTRONG, J. Interview with D. Thorpe. The spirit of the people has awakened and is enjoying creation through us. *Native Americans*, p. 50-53, Fall, 1995.
- AZEVEDO, M. A. *Mulheres espancadas*. São Paulo: Cortez, 1985.
- BARRIENTOS, S. The other side of economic success: poverty, inequality, and women in Chile. In: EVERS, B. (Ed.). *Women and economic policy*. Oxford: Oxfam, 1993. p. 38-40.
- BARROS, E. P. de. Darlene Yaminalo Taukane: uma mestra Kurâ-Bakairí. In: SIMONIAN, L. T. L. (Org.). *Mulheres amazônidas de áreas de reservas e de áreas preservadas; Brasil*. Belém: NAEA, 2005b/no prelo.
- BEIJING and beyond: toward the twenty-first century of women. **Women's Study Quarterly**, New York, v. 24, n. 1-2, 1996.
- BETTENDORFF, J. F. Breve relação do que obrei pelos Tapajós, antes do levantamento do Pará chegar até lá. In: _____. *Crônica da missão dos padres da Companhia de Jesus do estado do Maranhão*. 2 ed. Belém: Fundação Cultural do Pará Tancredo Neves, [séc. XVII] 1990. p. 168-174. (Lendo o Pará, 5).
- BOUVOIR, S. de. *The second sex*. New York: Alfred A. Knopf Inc., [1949] 1952.
- BRASIL. *Lei Maria da Penha* (Dispõe contra os crimes praticados contra as mulheres). Brasília, 2007.
- BRASIL – posseiros formam milícias e espalham pânico em Uiramutã. Boa Vista: CIR, 11.02.2002. <http://www.indios/uiramutaterror.htm>, capturado em 25.04.2004.
- BRASILEIRO, A. (Org.). *Gender and sustainable development*. New York: UNIFEN, 1996.

BROWNMILLER, S. *Against our will: men, women and rape*. New York: Bantam Books, 1976.

BURGOS, E. *Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la conciencia*. Barcelona: Seix Barral, [1983] 1995. 284 p. (Mapa).

CARVAJAL, G. de. Descobrimento do rio Orellana. In: _____. *Descobrimientos do rio das Amazonas*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1941. p. 11-79. Trad. e notas de C. de Melo Leitão. (Viagem: 1540-1542).

DETÉN, R. Experiencia de las mujeres nativas en la Amazonía peruana. *Documento n. 11; Mujeres indígenas en movimiento*, IWGIA, Copenhague, p. 49-55, 1990.

CASTILLO, B. D. de. *Historia verdadera de la conquista de la Nueva España*. Ciudad de México: Editorial Porrúa, [sec. XVI] 1966.

CHAVES-CHAMORRO, M. Discursos subalternos de identidad y movimiento indígena en el Putumayo. In: ARCHILA, M.; PARDO, M. (Ed.). *Movimientos sociales, Estado y democracia en Colombia*. Bogotá: CES/Universidad Nacional; ICANH, 2001. p. 234-259.

CLASTRES, P. *La société contre l'État*. Paris: Les ed. de Minuit, 1974.

COLLIER, J. F. Women in politics. In: ROSALDO, M. Z.; LAMPHERE, L. (Ed.). *Woman, culture & society*. Stanford: Stanford University Press, 1974. p. 89-96.

COMAROFF, J. L.; COMAROFF, J. Fashioning the colonial subject: the empire's old clothes. In: _____. *Of revelation and revolution: the dialectics of modernity on a South African frontier*. Chicago: Chicago University Press, 1997. p. 218-273.

CONDAMINE, C. M. de la. *Viagem na América meridional descendo o rio das Amazonas*. III Apêndice. Rio de Janeiro: Editora Pan-Americana, S. A., [1745] 1944. 265 p. Apêndices. Ilustrado.

CÔTÉ, R. *La journée internationale des femmes ou le vrais faits et le vrais dates des mystérieuses origines du 8...* Québec: Renue ménage, 1984.

EDWARDS, E. Beyond the boundary: a consideration of the expressive in photography and anthropology. In: BANKS, M.; MORPHY, H. (Ed.). *Rethinking visual anthropology*. New Haven: Yale University Press, 1997. p. 53-80.

ÉGYPTE – la momie d'Hatshepsout. *Les Grands Secrets de l'Archeologie*, France, n. 5, p. 5, août-octobre, 2007.

ENGELS, F. *Origin of the family, private property, and the State*. Moscow: Foreign Languages Translating House, [1888] 1954.

ENTIDADES reclamam investigação de Intendencia de Uiramutã conflitos de terras Raposa-Serra do Sol. (15.02.2004). <http://www.uiramuta/corrupt/htm>, capturado em 25.06.2004.

FAULHABER, P. Feminine roles, ritual and Ticuna movements. *Paper* apresentado na Conferência *Women, gender and development on the pan-Amazon*, realizada em Belém, no NAEA-UFPA, em 2002.

FOTOS da festa zapatista em Oventik, Chiapas por CMI; Foto 7. Divulgado em 11.08.2003, às 17:24, in Centro de Mídia Independente – CMI. Disponível em: <http://www.midiaindependente.org>. Acesso: 09.10.2005.

FOUCAULT, M. *A microfísica do poder*. 3 ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1982. (Org.: R. Machado).

FREYRE, G. *Casa grande & senzala*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1930.

GARCIA, E. de S. L. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação, resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HARRIS, M. Emics, ethics, and the new ethnography. In: _____. *The rise of anthropological theory*. New York: Thomas Y. Crowell Company, 1968. p. 568-604.

HERNÁNDEZ-CASTILLO, R. A De la comunidad a la convención estatal de mujeres: las campesinas chiapanecas y sus demandas de género. In: NASH, J. *et al. La explosión de comunidades en Chiapas*. Copenhague: IWGIA, 1995. p. 57-67. (Documento IWGIA n. 16).

IMAGENS da formação territorial. Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1993. Ilustrado.

KIMBALL, J. D. *Warrior women: an archeologist's search for history's hidden heroines*. San Francisco: Warner Books, 2002. Ilustrado. (Com a participação de Mona Behan).

LANYON, A. *La conquista de la Malinche*. Mexico: Editorial Diana, 2001. 214 p. Ilustrado.

LEACOCK, E. B. (Ed.). *Myths of male domination*. New York: Monthly Review Press, 1981.

_____; NASH, J. Ideologies of sex: archetypes and stereotypes. [1977]. In: LEACOCK, E. B. (Ed.). *Myths of male domination*. Part I. New York: Monthly Review Press, 1981. p. 242-263.

LOVERA, S.; PALOMO, N. *Las alzadas*. México: CI de la Mujer y Convergencia Socialista, 1997.

MALINOWSKI, R. *A diary in the strict sense of the term*. New York: Harcourt, Brace & World, 1967.

MILLER, V. E. (Org.). *The role of gender in pre-Colombian art and architecture*. Lanham: University Press of America, 1988. Ilustrado.

MOTT, M. L. de B. *Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão*. São Paulo: Contexto, 1988.

NASH, J. Comunidad, etnicidad y el Estado mexicano. In: _____ et al. *La explosión de comunidades en Chiapas*. Copenhague: IWGIA, 1995. p. 21-40. (Documento IWGIA n. 16).

_____. Certain aspects of the integration of women in the development process: a point of view. *Paper apresentado à Conferência do Ano Internacional da Mulher das Nações Unidas*. Cidade do México, 1975.

_____ et al. *La explosión de comunidades en Chiapas*. Copenhague: IWGIA, 1995. 156 p. (Documento IWGIA n. 16).

OLIVEIRA, R. C. de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.

ORTEGA, M. A. (1987). Qué hacen los indígenas? Arte o artesanía? In: AMODIO, E. (Org.). *El valor de las cosas*. Caracas: CONAC, p. 209-254.

POMEROY, S. B. *Goddesses, whores, wives, and slaves: women in classic antiquity*. New York: Schocken Books, [1975] 1995. 259 p. Ilustrado.

POULANTZAS, N. *O Estado, o poder, a sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1980.

POULANTZAS, N. *O Estado e a crise*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1977.

ROBINS, G. *Women in ancient Egypt*. London: British Museum Press, 1993. 205 p. Ilustrado.

ROOSEVELT, A. C. Interpreting certain female images in prehistoric art. In: MILLER, V. E. (Ed.). *The role of gender in pre-Colombian art and architecture*. Lanham: University Press of America, 1988. p. 1-34.

ROSALDO, M. Z.; LAMPHERE, L. Introduction. In: ROSALDO, M. Z.; LAMPHERE, L. (Ed.). *Woman, culture & society*. Stanford: Stanford University Press, 1974. p. 1-15.

RUFINO, A.; PEREIRA, N. I.; PEREIRA, M. R. Aquatune (séc. XVII). In: *A mulher negra tem história: grandes personagens da nossa história*. v. 1. Santos, 1987. (Cartilha).

SACCHI, Ângela. *União, luta, liberdade e resistência: as organizações de mulheres indígenas da Amazônia brasileira*. Recife, 2006. 251 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

SCHUMAHER, S. *Primeira onda feminista*/Artigo. 8 p. Disponível em: <http://www.mulher500.org.br>. Acesso em: 27.02.2004.

SIDER, G. M. House and history at the margins of life: domination, domesticity, ethnicity, and the construction of ethnohistories in “The land god gave to Cain”. In: O’OBREIN, J.; ROSEBERRY, W. (Ed.). *Golden ages, dark ages: imagining the past in anthropology and history*. Oxford: University of California Press, 1991. p. 208-233.

SIMONIAN, L. T. L. Mulheres da e na Amazônia: textos e iconografia dos séculos XVI a XIX. In: _____. (Org.). *Mulheres amazônidas de áreas de reservas e/ou preservadas; Brasil*. Belém: Ed. do NAEA, 2010/*forthcoming*.

_____. Uma relação que se amplia: fotografia e ciência sobre e na Amazônia. In: KAWHAGE, C.; RUGGERI, S. (Org.). *Imagens e pesquisa: ferramentas de compreensão da realidade amazônica*. Belém: Editora do NAEA, 2007. p. 15-52. Ilustrado.

_____. Relações de trabalho e de gênero nos balatais da Amazônia brasileira. In: SCHERER, E. F.; OLIVEIRA, J. A. (Org.). *Amazônia: políticas públicas e diversidade cultural*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2006. p. 195-232.

_____. Political organization among Indigenous women of the Brazilian State of Roraima: constraints and prospects. In: NASH, J. (Ed.). *Social movements: an anthropological reader*. Malden, Mass.: Blackwell Publishing Ltd., 2005. p. 285-303.

_____. *Notas sobre trabalho de campo realizado junto às mulheres indígenas de Manaus*. 2006-2004. (Arquivo pessoal).

_____. Reflexiones sobre la familia en la frontera amazónica: idealizaciones, contradicciones y tendencias actuales. In: TOVAR ROJAS, P. (Org.). *Familia, Género y Antropología: desafíos y transformaciones*. Bogotá: ICANH, 2003. p. 396-443.

_____. *Notas sobre trabalho de campo realizado junto às mulheres indígenas da Pan-Amazônia*. 2003-2001. (Arquivo pessoal).

_____. *Mulheres da floresta amazônica: entre o trabalho e a cultura*. Belém: NAEA-UFPA, 2001.

_____. Mulheres indígenas de Roraima discutem alcoolismo. *Porantim*, Brasília, CIMI, p. 5, maio 1997.

_____; VALADÃO, V. Verônica Tembé: *capitão*, líder cultural e curandeira. In: SIMONIAN, L. T. L. (Org.). *Mulheres amazônidas de áreas de reservas e/ou preservadas; Brasil*. Belém: Ed. do NAEA, 2010/forthcoming.

SOIHET, R. *Bertha Lutz e a ascensão social da mulher – 1919-1937*. 1974. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: Universidade Federal Fluminense – UFF. 1974.

SPINDEL, C. La invisibilidad social del trabajo de la mujer en la agricultura brasileña. In: LÉON, M.; DEERE, C. D. (Org.). *La mujer y la política agraria en la América Latina*. México: Siglo XXI Ed., 1986, p. 27-41.

STOLL, D. *Rigoberta Menchú and the story of all poor Guatemalans*. Boulder: Westview Press, 1999.

TARADO da lotação/O. 2003. 2 p. Disponível em:
http://www.senado.gov.br/senador/PatriciaSaboyaGomes/sala/banco_noticias/2003111. Acesso em: 27.05.2004.

TAUSSIG, M. *Shamanism, colonialism and the wild man: a study in terror and healing*. Chicago: The University of Chicago Press, 1987. Ilustrado.

THIRD Session of the Permanent Forum on Indigenous Issues. New York: United Nations, 2004. (Esta Sessão foi realizada entre 10-21 de Maio de 2004).

TOVAR, P. Las policarpas de fin de siglo: mujeres, rebelión, conciencia y derechos humanos en Colombia. In: ARCHILA, M.; PARDO, M. (Ed.). *Movimientos sociales, Estado y democracia en Colombia*. Bogotá: CES/Universidad Nacional; ICANH, 2001. p. 249-374.

VASCONCELOS, L. *Nova portaria demarca reserva Raposa Serra do Sol em terras contínuas*. Agência Brasil, 2005. 2 p. Acessado em <http://www.brasiloste.com.br/noticia...>; 11.10.2005.

WALLERSTEIN, I. *The modern world-system*. 3 v. San Diego, CA: Academic Press, 1974.

WOLF, E. R. Facing power: old insights, new questions. *American Anthropologist*, v. 92, n. 3, p. 586-596, 1990.

_____. *The Europe and the people without history*. Berkeley: Stanford University Press, 1982. 503 p.

WOLFF, C. S. *Mulheres da floresta: uma história; Alto Juruá, Acre (1890-1945)*. SP: HUCITEC, 1999.

XIMENES, L. S. P. *Informe sobre as associações de mulheres indígenas de Manaus*. Belém, 2008. 1 p.